

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1. INTRODUÇÃO**

Este estudo integra o planejamento do processo licitatório descrito a seguir, visando assegurar a eficiência no uso dos recursos públicos e a adequação dos ambientes para a destinação final de resíduos volumosos inservíveis de Classe II, provenientes das ações de combate à dengue realizadas pela Secretaria de Saúde, em aterros sanitários devidamente licenciados pelos órgãos ambientais.

Para fundamentar adequadamente a destinação dos resíduos, é essencial compreender a classificação dos resíduos sólidos em sua totalidade. A ABNT NBR 10.004 divide os resíduos sólidos em dois grupos principais: Classe I e Classe II, sendo que a principal diferença entre ambas é a periculosidade de sua composição residual.

Resíduos classificados como **Classe I** apresentam componentes considerados perigosos para a saúde humana e para o meio ambiente de forma geral. Esses resíduos possuem características como inflamabilidade, reatividade, toxicidade, corrosividade e patogenicidade. Devido a esses atributos, os resíduos de Classe I devem ser manuseados e processados com cuidados especiais, de acordo com as regulamentações pertinentes, para evitar danos ao ambiente e riscos à saúde pública.

Por outro lado, os resíduos **Classe II** são aqueles que não se enquadram nas características de periculosidade da Classe I. Embora esses resíduos não apresentem riscos imediatos à saúde ou ao meio ambiente, a destinação inadequada pode acarretar sérios impactos ambientais. Os resíduos Classe II são classificados em duas subclasses pela ABNT, de acordo com suas características químicas e de reatividade.

- **Classe II A (não inertes):** Nessa classificação, encontramos os resíduos que, apesar de possuírem baixa periculosidade, ainda apresentam características químicas reativas a determinados meios. Esses resíduos, quando expostos ao contato dinâmico e estático com água destilada/deionizada e à temperatura ambiente, possuem um ou mais de seus componentes lixiviados ou solubilizados. Matérias orgânicas da indústria alimentícia, fibras de vidro e gessos são exemplos de resíduos Classe II A.
- **Classe II B (inertes):** Este é o grupo de resíduos que apresentam uma baixa capacidade de reação, podendo ser reciclados ou destinados para aterros sanitários de maneira segura. Essa segurança é possível especialmente pelo fato dos resíduos inertes não mudarem suas composições com o passar do tempo. Ademais, quando são expostos à água destilada ou deionizada em temperatura ambiente, mostram-se indiferentes. Como exemplos, podemos citar sucata de ferro, aço e entulhos.

A destinação adequada dos resíduos classificados como Classe II, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), é crucial para minimizar impactos ambientais e garantir a segurança sanitária.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133)

A contratação de serviços de destinação final de resíduos inservíveis volumosos, classe II, é fundamental para atender a uma necessidade urgente de saúde pública, em decorrência das ações de combate à dengue. Com a intensificação das campanhas de controle e arrastões de limpeza, é crucial evitar o acúmulo de resíduos, que podem se tornar focos de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika e chikungunya.

A destinação adequada desses resíduos é imprescindível para prevenir o acúmulo de lixo em áreas urbanas e rurais, promovendo um ambiente mais seguro e saudável. Além disso, a gestão correta dos resíduos é uma exigência legal, conforme as normas ambientais, e contribui para a preservação do meio ambiente, evitando impactos negativos à qualidade do solo, da água e do ar.

Essa contratação é necessária para garantir a continuidade das ações de controle sanitário e a prevenção de possíveis epidemias, alinhando-se aos objetivos de saúde pública e segurança sanitária do município. A destinação final dos resíduos deve ser realizada de forma a reduzir riscos à saúde da população, com o descarte em aterros sanitários devidamente licenciados, conforme as exigências da legislação ambiental vigente.

As empresas especializadas na destinação final de resíduos possuem a infraestrutura e a expertise necessárias para realizar essa tarefa de maneira eficiente e segura, com conhecimento técnico e operacional. Elas são capacitadas para garantir a conformidade com as normas ambientais, realizando o processo de maneira sustentável e minimizando impactos ambientais. Além disso, essas empresas asseguram a proteção da saúde pública, contribuindo para o bem-estar da comunidade.

A parceria com essas empresas é essencial para otimizar os processos de gestão de resíduos e garantir a eficácia das ações de controle sanitário. Sua atuação permite que o município possa focar na prevenção de surtos, com um trabalho conjunto para a eliminação dos focos do mosquito *Aedes aegypti* e a promoção de um ambiente livre de riscos.

Segue abaixo imagens dos resíduos recolhidos nas operações anteriores, ilustrando a quantidade e a diversidade dos materiais que necessitam de destinação final adequada:





Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná



Assinado por 5 pessoas: ARIANEA BEGGINI, REGINEIRI, SUZANA DE FATIMA RIBEIRO, IARA ANAY CHARLENE PIANA MASSIGNAN, CLAUDETE MEURER e MARIA LUIZA WINHARSKI
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/796C-8E37-74A98> e informe o código 796C-8E37-74A98



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná



3. **ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**

Informa-se que esta contratação se tornou necessária de forma recorrente após a epidemia de dengue enfrentada pelo município, que gerou uma demanda constante para a correta destinação dos resíduos inservíveis. O serviço especificado neste estudo não foi incluído no Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2024. Assim, a contratação será realizada de forma excepcional para atender a uma necessidade urgente, que não havia sido prevista no planejamento inicial, mas que é fundamental para o controle efetivo de novos surtos e a preservação da saúde pública.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Observar Lei nº12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a NBR 10.004 da ABNT;

Os resíduos de Classe II podem ser destinados a aterros sanitários, que devem ser impermeabilizados e ter canaletas para coletar o chorume. A triagem dos resíduos pode ajudar a diminuir a quantidade que será aterrada, aumentando a vida útil do aterro;

A contratada deve possuir todas as licenças e autorizações necessárias para a operação, incluindo:

- a) Licença de operação do aterro sanitário onde os resíduos serão destinados.
- b) Registro válido junto aos órgãos ambientais competentes (ex: IBAMA, órgão estadual ou municipal).
- c) Certidão de regularidade fiscal e trabalhista (Certidão Negativa de Débitos – CND) junto à Receita Federal, à Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Atestado de capacidade técnica que comprovem sua experiência em serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos. Esses atestados devem ser emitidos por órgãos ou entidades públicas ou privadas que atestem a realização de serviços similares, evidenciando a qualificação e a competência da empresa na execução dos serviços contratados.
- e) Declaração de que o local indicado para disposição de resíduos está a uma distância máxima de 100 quilômetros da sede do Município de Dois Vizinhos.
- f) Comprovação de propriedade do local de disposição final: A comprovação se dará através da matrícula imobiliária em nome da empresa ou em caso de o imóvel estar em nome de terceiros, que não seja a pessoa jurídica proponente, esta deverá apresentar o contrato de locação com o proprietário do imóvel constante na matrícula.
- g) Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Química (CRQ) ou outro a ser comprovada através de Certidão de Pessoa Jurídica dentro do prazo de validade;
- h) Certificado de Registro de Pessoa Física do responsável técnico junto ao respectivo conselho de classe, comprovando sua qualificação e habilitação para o serviço, o responsável técnico geralmente precisa ser um profissional com registro em áreas como Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária, ou Gestão de Resíduos, com certificação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), CRQ (Conselho Regional de Química ou CRBIO (Conselho Regional de Biologia).
- i) Comprovação de que na data de abertura desta licitação o licitante possui vínculo profissional, com o(a) responsável técnico(a) apresentado(a) para comprovar a capacidade técnico-profissional. A Comprovação de que o(a) responsável técnico(a) indicado(a) pertence ao quadro da empresa poderá ser comprovada das seguintes formas:



- Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante.
 - Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.
 - Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum.
 - Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo. A contratação do responsável técnico deve ocorrer até a data da assinatura do contrato.
- j) A licitante vencedora do certame deverá emitir a ART/AFT (Anotação/Função de Responsabilidade Técnica) ou outro da execução dos serviços que por ventura prestar em conformidade com a legislação.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa da quantidade de resíduos a serem levados para a destinação final de resíduos volumosos inservíveis, classe II, oriundos das ações de combate à dengue, foi elaborada com base em fatores cruciais para garantir eficiência e agilidade na resposta aos riscos epidemiológicos.

Primeiramente, foi realizado um levantamento do volume total de resíduos gerados nas campanhas de 2023 e 2024, somando aproximadamente 258 toneladas, que incluem móveis, pneus e entulhos. Esses materiais foram coletados em operações de arrastão e intervenções programadas. A periodicidade das coletas planejadas considera a sazonalidade das ações de controle, que se intensificam nos períodos de maior incidência do mosquito *Aedes aegypti*, além da necessidade de intervenções emergenciais em áreas de risco.

Em razão do cenário epidêmico recente, foi projetada uma estimativa de 5.750m³ de resíduos para este contrato, considerando a ampliação das ações para os próximos três anos, bem como o aumento das ações ainda sem data programada. É importante destacar que, no contrato anterior, apenas dois arrastões foram realizados, o que evidenciou a insuficiência dessa periodicidade frente à evolução do quadro epidemiológico. Além disso, prevê-se um aumento na frequência dos arrastões ao longo do ano, com o objetivo de prevenir novos surtos e epidemias, uma vez que a rápida eliminação dos focos de proliferação é essencial para conter a disseminação de doenças como dengue, zika e chikungunya. A diversidade dos resíduos coletados, como móveis, eletrodomésticos e outros materiais inservíveis, foi cuidadosamente analisada para assegurar que todos os itens estejam devidamente contemplados na estimativa.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Durante a pesquisa de mercado e análise técnica, foram identificadas diversas soluções para a destinação final de resíduos sólidos volumosos inservíveis, classificados



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

como Classe II, oriundos das ações de controle da dengue. Essas soluções variam em custo, viabilidade técnica, impacto ambiental e conformidade com as regulamentações aplicáveis. A seguir, as principais alternativas avaliadas:

- a) **Aterros Sanitários Licenciados:** Consistem em áreas devidamente projetadas para o descarte de resíduos Classe II, com infraestrutura para impermeabilização do solo, drenagem de chorume e controle de gases.
 - Vantagens: Alta conformidade ambiental, segurança para a saúde pública e redução dos impactos ambientais.
 - Desvantagens: Custos operacionais mais elevados, exigência de licenças específicas e logística de transporte dos resíduos.
- b) **Reciclagem de Resíduos Não Perigosos:** Envolve a triagem dos resíduos volumosos para separação de materiais recicláveis, como plásticos, metais e madeiras.
 - Vantagens: Redução do volume de resíduos destinados ao aterro, maior vida útil dos aterros sanitários e incentivo à economia circular.
 - Desvantagens: Necessidade de infraestrutura e equipamentos específicos para triagem, e inviabilidade para resíduos misturados ou contaminados.
- c) **Aterros de Resíduos Inertes (Classe II B):** Destinados exclusivamente para resíduos que não reagem quimicamente ao ambiente, como entulhos, sucatas e materiais metálicos.
 - Vantagens: Custo operacional reduzido e possibilidade de reutilização em obras de infraestrutura.
 - Desvantagens: Limitação no tipo de resíduos aceitos, inviabilizando o descarte de resíduos mistos ou orgânicos.
- d) **Coprocessamento em Cimenteiras:** Utilização de resíduos como fonte de energia em fornos de produção de cimento, com substituição parcial de combustíveis fósseis.
 - Vantagens: Redução do impacto ambiental, reaproveitamento energético e destinação de resíduos sem geração de passivos ambientais.
 - Desvantagens: Requer triagem rigorosa e restrições quanto ao tipo de resíduo aceito.
- e) **Incineração de Resíduos Classe II A:** Técnica que reduz o volume dos resíduos por meio de combustão controlada.
 - Vantagens: Redução expressiva do volume de resíduos e eliminação de materiais biodegradáveis.
 - Desvantagens: Alto custo de instalação e operação, emissão de gases poluentes e necessidade de equipamentos específicos para controle ambiental.

Após a avaliação técnica e econômica, optou-se pela destinação dos resíduos volumosos inservíveis em aterros sanitários licenciados. Essa solução foi selecionada devido à sua capacidade de atender às normas ambientais e sanitárias exigidas, à segurança no manejo e à viabilidade operacional, considerando a estrutura e recursos disponíveis da Secretaria Municipal de Saúde. A escolha também está alinhada com as diretrizes da Política Nacional



de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a ABNT NBR 10.004, garantindo uma gestão responsável e sustentável dos resíduos sólidos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para esta contratação é de R\$ 1.581.250,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais), correspondente aos serviços necessários para a destinação final de resíduos sólidos inservíveis. A definição desse montante foi baseada em análises detalhadas de contratos anteriores, com o objetivo de fornecer uma estimativa precisa e alinhada às necessidades atuais da Secretaria Municipal de Saúde. Esse processo visa assegurar a adequação da previsão orçamentária, garantindo, simultaneamente, a eficiência, transparência e o uso correto dos recursos públicos.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos volumosos inservíveis, classificados como classe II, que são gerados durante as ações de combate à dengue e outras atividades correlatas. Esses resíduos incluem itens como móveis, pneus, entulhos e demais materiais que podem acumular água, favorecendo a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika e chikungunya.

A execução do serviço se dará de forma contínua e integrada, sem parcelamento, pela duração do contrato. Esse formato visa atender de forma ágil e adequada as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, adaptando-se às sazonalidades e variações de intensidade das campanhas de controle de vetores, com atenção especial aos períodos de maior incidência de focos do mosquito. A prestação dos serviços compreende:

- a) Destinação em Aterro Sanitário Licenciado: Todos os resíduos serão destinados em aterros sanitários devidamente licenciados pelos órgãos ambientais, garantindo a conformidade com as normas ambientais e sanitárias aplicáveis, e preservando a segurança pública e ambiental.
- b) Gestão e Monitoramento Sustentável dos Resíduos: A empresa deverá adotar práticas de sustentabilidade, minimizando o impacto ambiental e promovendo o desenvolvimento sustentável. Isso envolve a correta destinação dos resíduos e a observância das boas práticas ambientais no transporte e descarte final.
- c) Resposta Rápida às Demandas de Saúde Pública: Com a execução contínua do serviço por uma única empresa, espera-se garantir maior rapidez e eficiência na resposta às necessidades emergenciais de coleta e destinação de resíduos, especialmente em áreas de risco e em cenários de crise sanitária.
- d) Relatórios Periódicos de Execução: A empresa deverá fornecer relatórios regulares detalhando as quantidades de resíduos coletados, os métodos de transporte e as práticas de destinação final adotadas, de modo a garantir transparência e permitir um controle rigoroso das atividades executadas.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- e) Atendimento Integral às Exigências Legais: A empresa contratada deverá comprovar qualificações técnicas, incluindo licenças ambientais e demais documentos que assegurem o cumprimento da legislação vigente, para que o município atue dentro dos parâmetros legais e regulatórios.

Essa solução visa uma abordagem completa e estratégica para a destinação de resíduos inservíveis, proporcionando ao município não só o controle e a eliminação dos focos de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, mas também o cumprimento das exigências de saúde pública, segurança ambiental e responsabilidade fiscal.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Neste contexto, o serviço será executado de forma integral e contínua por uma única empresa ao longo da vigência contratual, conforme as demandas das ações de controle da dengue e outras atividades correlatas. A empresa contratada terá a responsabilidade exclusiva pela destinação final dos resíduos em aterro sanitário devidamente licenciado, garantindo a conformidade com as normas ambientais e a proteção à saúde pública. A execução do contrato será ajustada de acordo com as necessidades específicas da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando eficiência, agilidade e eficácia na gestão dos resíduos, em consonância com as metas de controle sanitário e prevenção de doenças.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados pretendidos com a contratação de serviços para a destinação final de resíduos inservíveis volumosos, classe II, oriundos das ações de combate à dengue, incluem:

- Destinação Adequada e Conformidade Legal:** Garantir que todos os resíduos coletados sejam descartados em aterros sanitários licenciados, conforme as normas ambientais e sanitárias vigentes. Isso inclui o cumprimento das regulamentações sobre a classificação e destinação final dos resíduos, assegurando a conformidade com a legislação ambiental e de saúde pública.
- Redução de Focos de Proliferação de Mosquitos:** Contribuir para a eliminação de possíveis focos de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika e chikungunya, por meio da remoção eficaz de resíduos inservíveis que possam acumular água e servir como criadouros.
- Promoção da Saúde Pública:** Minimizar o risco de surtos e epidemias de doenças transmitidas pelo mosquito, prevenindo a disseminação de doenças virais que afetam a população e demandam recursos do sistema de saúde pública.
- Eficiência e Transparência na Gestão de Resíduos:** Garantir a eficiência operacional e o correto uso dos recursos públicos, com a adoção de processos transparentes, que possibilitem o monitoramento adequado das ações executadas e o fornecimento de relatórios claros sobre a



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

quantidade de resíduos tratados, as metodologias adotadas e os resultados alcançados.

- e) Melhoria na Qualidade Ambiental e no Bem-Estar da Comunidade: Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente urbano e rural, promovendo um espaço mais seguro e saudável para a população. A destinação adequada dos resíduos também tem um impacto positivo na estética urbana e na qualidade de vida da comunidade.
- f) Capacitação e Conscientização Ambiental: Promover a educação ambiental, conscientizando tanto os colaboradores da empresa contratada quanto a população sobre a importância da destinação correta dos resíduos e da preservação ambiental. Isso inclui a realização de ações educativas que estimulem a participação ativa da comunidade.
- g) Acompanhamento e Melhoria Contínua: Garantir a implementação de um processo contínuo de avaliação e aprimoramento das atividades relacionadas à gestão de resíduos, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria, otimizar os processos e reduzir os impactos ambientais ao longo do tempo.

Esses resultados visam garantir uma resposta efetiva às necessidades de saúde pública, contribuindo para a segurança e qualidade de vida da comunidade. Ao minimizar o risco de surtos e epidemias de doenças transmitidas pelo mosquito, busca-se prevenir a disseminação de doenças virais que afetam a população. Além disso, esses resultados não se limitam a uma solução imediata para a destinação de resíduos, mas também englobam a implementação de práticas sustentáveis e eficientes, assegurando a melhoria contínua dos processos e a preservação do meio ambiente a longo prazo.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Maria Luiza Winharski
Suplentes:	Iara Anay Charlene Piana Massignan.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se aplica, pois não há demandas correlatas.



13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A empresa contratada será responsável por integrar práticas de sustentabilidade no processo de destinação final dos resíduos, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável e garantir o alinhamento com as diretrizes ambientais vigentes. Para tanto, deverá seguir os seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) **Redução de Impactos Ambientais:** A empresa deverá adotar técnicas e processos que minimizem os impactos ambientais, como a redução da emissão de poluentes, o uso eficiente de recursos naturais e a minimização de resíduos durante o processo de destinação.
- b) **Adoção de Tecnologias Limpa:** Deverá ser priorizada a utilização de tecnologias ambientalmente amigáveis, que favoreçam a economia circular e a reutilização de materiais, quando possível, assegurando a destinação adequada dos resíduos em conformidade com as melhores práticas ambientais.
- c) **Cumprimento da Legislação Ambiental:** A contratada deverá garantir o cumprimento integral de todas as normas e regulamentos ambientais aplicáveis, incluindo a obtenção das licenças necessárias para a operação de aterros sanitários de resíduos, e a observância de processos que atendam aos requisitos de segurança ambiental e sanitária.
- d) **Eficiência no Uso de Recursos:** A empresa deverá buscar soluções que promovam a eficiência no uso de recursos naturais, como a água e a energia, em todas as etapas do processo de destinação dos resíduos.
- e) **Transparência e Monitoramento:** A contratada deverá garantir a transparência nas suas práticas e fornece relatórios periódicos sobre o impacto ambiental de suas operações, incluindo dados sobre a quantidade de resíduos tratados, as técnicas utilizadas e o cumprimento das metas de sustentabilidade.
- f) **Promoção da Educação Ambiental:** A empresa deverá contribuir para a educação ambiental, promovendo ações que estimulem a conscientização sobre a importância da destinação correta dos resíduos e a preservação ambiental, tanto dentro da organização quanto para a comunidade local.
- g) **Compromisso com a Responsabilidade Social:** A empresa deverá demonstrar comprometimento com a responsabilidade social, garantindo que suas operações não afetem negativamente as comunidades envolvidas, promovendo a inclusão social e o respeito aos direitos dos trabalhadores.
- h) **Inovação e Melhoria Contínua:** A contratada deverá adotar práticas de inovação contínua, buscando constantemente aprimorar seus processos, tecnologias e métodos de gestão ambiental, a fim de reduzir ainda mais os impactos negativos ao meio ambiente.

Esses critérios são essenciais para garantir que o processo de destinação final dos resíduos seja realizado de forma responsável, eficiente e sustentável, alinhado com os objetivos de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável do município.



14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A contratação dos serviços de destinação final de resíduos volumosos inservíveis, classe II, oriundos das ações de combate à dengue, é plenamente viável e necessária para garantir o cumprimento das demandas de saúde pública do município. A destinação adequada desses resíduos é crucial para a prevenção de surtos e epidemias de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, como dengue, zika e chikungunya, além de contribuir para a manutenção da qualidade ambiental e da segurança sanitária da população.

A viabilidade da contratação está respaldada pela urgência das ações de controle e pela necessidade de atendimento às normas ambientais e sanitárias vigentes, com a seleção de uma empresa especializada, capacitada para realizar a destinação final dos resíduos de forma eficiente, segura e conforme a legislação. Além disso, a execução contínua dos serviços, sem parcelamento, permite maior eficiência na gestão e agilidade nas respostas às demandas emergenciais, com o acompanhamento adequado das ações.

O valor estimado para a contratação foi fundamentado em análises de contratos anteriores, garantindo a adequação da previsão orçamentária. A contratação é, portanto, essencial para a continuidade das ações de controle sanitário, alinhando-se aos objetivos de saúde pública e segurança da comunidade.

Dessa forma, a contratação é considerada viável tanto sob o ponto de vista técnico quanto orçamentário, sendo uma medida imprescindível para o sucesso das estratégias de combate à dengue e outras doenças relacionadas, além de contribuir para o fortalecimento da saúde pública e a preservação ambiental do município.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Não se aplica.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico;
- Critério de julgamento: Menor Preço global
- Modo de disputa: O modo de disputa será aberto e fechado.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A exigência de qualificação técnica para esta contratação é justificada pela natureza do serviço a ser prestado, que envolve a destinação final de resíduos sólidos inservíveis, classe II, provenientes das ações de controle da dengue. Esse tipo de serviço requer expertise técnica especializada para garantir a conformidade com as normas ambientais e sanitárias, assegurando que o processo de destinação final seja realizado de forma eficiente, segura e em conformidade com os parâmetros legais estabelecidos.

Embora alguns documentos possam ser exigidos apenas na assinatura do contrato, a qualificação técnica é fundamental para garantir que a empresa possua a competência necessária para cumprir todas as exigências legais e regulatórias durante a execução do serviço. Essa abordagem visa assegurar que o processo licitatório selecione empresas com capacidade técnica para atender integralmente aos requisitos do contrato, cumprindo a legislação vigente e garantindo a segurança e eficiência na destinação dos resíduos.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Análise de risco encontra-se em anexo.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não é necessário manter sigilo ao processo, as informações contidas no presente Estudo Preliminar ASSUMEM CARÁTER IMPESSOAL, portanto, deverão ter acesso público.

Dois Vizinhos, 21 de novembro de 2024.

CLAUDETE
MEURER:90
541162934

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 789C-B497-F789-14BF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI (CPF 073.XXX.XXX-50) em 22/11/2024 14:30:33 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/789C-B497-F789-14BF>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 79FC-8E11-2B12-7AA8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 12/12/2024 08:06:27 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SUZANA DE FATIMA RIBEIRO (CPF 087.XXX.XXX-28) em 12/12/2024 08:21:07 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ IARA ANAY CHARLENE PIANA MASSIGNAN (CPF 038.XXX.XXX-62) em 12/12/2024 08:37:20 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 12/12/2024 08:42:12 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARIA LUIZA WINHARSKI (CPF 087.XXX.XXX-08) em 12/12/2024 08:45:47 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/79FC-8E11-2B12-7AA8>